

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTEGRADO MIDR

SUMÁRIO EXECUTIVO

2023-2027

Versão 1.0 - 1223

PLANO ESTRATÉGICO MIDR 2023-2027 - SUMÁRIO EXECUTIVO |

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Comitê Estratégico de Governança - CEG

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário-Executivo

Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Giuseppe Serra Seca Vieira

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Wolnei Aparecido Wolff Barreiros

Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros

Eduardo Corrêa Tavares

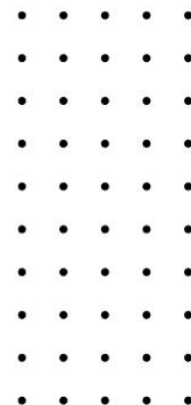
Assessoria ao CEG

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

Vivian Vivas

Consultor Jurídica

Leslei Lester dos Anjos Magalhães



Plano Estratégico Integrado MIDR

Sumário Executivo 2023-2027 v 1.0 - 1223

Organização, Revisão e Orientação Metodológica

Diretora de Gestão Estratégica

Marina Soares Almeida

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Antonio Sergio Malaquias Queiroz Filho

Coordenadora de Gestão Estratégica

Cristina Abreu Jansen

Coordenadora de Planejamento

Fernanda Muniz da Conceição

Equipe Técnica

Caroline Angélica M. Soares

Caroline Silva Passos

Fred Carlos Barros Rosas

Equipes de Elaboração do Plano

Gabinete do Ministro

Tiago de Souza Pereira

Assessoria Especial de Comunicação Social

Gilberto Ubaíra Rodrigues

Polyana Maria S. da Silva

Joelma Hortilia Gomes

Assessoria de Participação Social e Diversidade

Natália Mori Cruz

Assessoria Especial de Assuntos Internacionais

Renata A. de Oliveira Carvalho

Marina Campos P. Romão

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

Daniel Alex Fortunato

Leonardo Bezerra S. Almeida

Ramão Hudson dos S. Moraes

Rosiani Portela

Assessoria Especial de Controle Interno

Vivian Vivas

Eduardo Augusto L. Freitas

Ouvidoria

Paula El Jaick de Barros F. Yida

Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Carlos Henrique Rosa

Everton Sudré Ferreira

Giuliana de Abreu Correa

João Mendes da Rocha Neto

Leandro Ferreira da Silva

Marcelo Giovani

Marcelo Jesuíno da Costa

Rosimeire Fernandes da Silva

Samuel Menezes de Castro

Tiago Gonçalves Pereira Araujo

Vanessa da Silva Cruz Costa

Vitarque Lucas Paes Coelho

Roney Rios Figueira

Rosilene Vaz Cavalcanti

Tiago Molina Schnorr

Wesley de Almeida Felinto

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Alexandre José de Carvalho

Alexandre Saia

Bárbara Thâmyly Rodrigues

Bárbara Catharine de Souza

Elianeiva de Queiroz V. Odisio

Erik Parente C. Perpetuo

Fernando Numata

Hellen Karolinne O. Machado

Jimmu Azevedo Ikeda

José Dias C. Vaz de Lima

Larissa Oliveira Rêgo

Kleyber Oliveira da Nobrega

Mariana Alberto Logrado

Nartacha G. Cunha de Melo

Oscálmí Porto Freitas

Paulo Roberto S. Júnior

Paulo Ricardo de M. Liberato

Rafael Padovani Zuin

Rafael José da Silva

Stanley Rodrigues Bastos

Tarsila Cezar de N. Pessoa

Tiago José de B. Portela

Secretaria-Executiva

Alexandre Wessner Kapper

Alice Almeida V. de Carvalho

Anna Karina N. de Andrade

Antonio Sergio M. Queiroz Filho

Claudenice Custódio Ribeiro

Caroline Angélica M. Soares

Caroline Silva Passos

Cristina Abreu Jansen

Daniel Portilho Troncoso

Diego Menegazzi

Diego Rodrigues Oliveira

Emerson Paumer

Fernanda Muniz da Conceição

Fred Carlos Barros Rosas

Guilherme Macedo Prudente

Henrique Kineipp de Souza

Henrique Silva C. Junior

Igor Araújo

José Ronaldo Rios de Almeida Jr.

Júnior José R. Rios de Almeida

Katlen Andrade Eutáquio

Marcus Rodrigo dos S. Moura

Marina Soares Almeida

Nilo da Silva Teixeira

Paulo Jorge M. Rocha de Moraes

Rodrigo Pinto de Almeida

Rosa Daiane Borges Silva

Tito Livio Pereira Q. e Silva

Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros

André Braga G. Silveira

Aliuscha R. Ribeiro Ferraz

Anderson Mendes Costa

André Krauss Queiroz

Clécio da S. Almeida Santos

Denilson C. dos Santos

Érica Domingos da Silva

Fernanda Ludmilla E. Barbosa

Fernanda Gabriela Nunes L. Fonseca

Atila de Azevedo Caparrosa

Luiza de Paula O. Botelho

Marcelo Binenbojm

Marina Servato Ferreira

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Ademar Lopez da Silva Jr.

Ana Flavia Rodrigues Freire

Braulio Eduardo da Silva

Maia

Charles Silva de Aguiar

Érico de Castro Borges

Frederico de Santanna

Frederico do Monte Seabra

Giselle Paes Gouveia

John de Castro Matos

Júnia Cristina Ribeiro

Karine da Silva Lopes

Kelly Araujo Lima

Leno Rodrigues de Queiroz

Luiz Carlos Cerqueira da

Silva

Magno Gonçalves da Costa

Paulo Roberto Farias

Falcão

Rafael Pereira Machado

Reinaldo Soares Estelles

Contribuições Especiais – Equipes de Entidades Vinculadas ao MIDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Cristiano Augusto H. Mendes

Emilio de Souza Santos

Fabício Guimarães Vieira

Hiroshi Kubo

Marco Antônio de Carvalho

Marcelo Lucena de Albuquerque Romeiro

Sane Rejane Maciel Baptista

Viviane Freitas Santos

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Gleicy de Sousa Costa

José Alfredo de Albuquerque

Raquel Cristina B. V

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Camila Leandro de Souza

Cláudia Maria da Silva

Danilo Campelo

Rafael de Albuquerque Feitosa

Rafaella Alves Arcila de Melo

Silvio Carlos do Amaral e Silva

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Georgia Carolina Capistrano

Priscilla Marotta Gardino

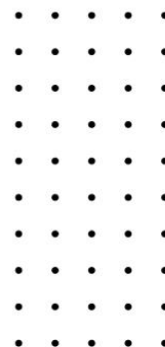
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Ana Beatriz Ewerton Brasil Macola

Érika de Almeida Leite

Agência Nacional de Águas

Adriana Christina P. Rodrigues



Mensagem do Ministro

O Planejamento Estratégico Integrado (PEI) do MIDR e de suas vinculadas para o período de 2023-2027 é um trabalho de desenvolvimento da estratégia, fundamental para que possamos organizar nossa atuação em prol do atendimento dos objetivos mais relevantes e alcance dos resultados desejados pela sociedade.

A partir de uma boa estratégia e com objetivos estratégicos bem delimitados, indicadores adequados, programas e ações bem definidos, certamente seremos mais eficientes, eficazes e efetivos.

De forma alinhada às diretrizes do Presidente da República, este novo planejamento estratégico traz como inovação em sua metodologia a integração efetiva com as entidades vinculadas (Sudam, Sudene, Sudeco, Dnocs, Codevasf e ANA) do MIDR e a inclusão da participação social no processo de elaboração do PEI.

Assim, as entidades vinculadas farão parte do Plano Estratégico, as quais incluíram programas, iniciativas e metas mais relevantes de sua atuação. Com isso, pretendemos estreitar os laços entre MIDR e vinculadas, criando um elo e compromisso mútuo em prol das políticas públicas de nossa competência.

Ressalto que a construção deste plano prezou pela participação ativa dos colaboradores do MIDR e da sociedade. O primeiro passo desse trabalho foi uma consulta para receber contribuições acerca da Missão, da Visão e dos Valores que devemos adotar. Além disso, no mesmo formulário, os colaboradores contribuíram com a análise de cada política pública de competência deste Ministério, apresentando as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças e riscos que identificaram.

No que se refere à participação social, queremos construir um planejamento estratégico mais democrático. O povo brasileiro informou em consulta pública, por meio de formulário virtual, quais são os problemas mais relevantes a serem solucionados no âmbito de cada uma das nossas políticas públicas e quais são os desafios prioritários que o Ministério deve buscar alcançar.

Assim, apresentamos neste Sumário Executivo a metodologia desenvolvida e o Plano Estratégico Integrado do MIDR 2023-2027, instrumento que apresenta o caminho, os desafios e os objetivos que o nosso Ministério pretende alcançar, trazendo para a sociedade o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades regionais.

Obrigado!

Antonio Waldez Góes da Silva

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Introdução

O Planejamento Estratégico é entendido como um processo sistêmico de estabelecimento da estratégia, que pressupõe um adequado entendimento da organização e do contexto em que se encontra inserida, a fim de traçar as iniciativas para se alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos.

Um importante produto do processo de elaboração da estratégia é o Plano Estratégico - PE, constituído pelo mapa estratégico, a cadeia de valor, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas, além dos programas, iniciativas e projetos estratégicos de um Órgão ou Entidade.

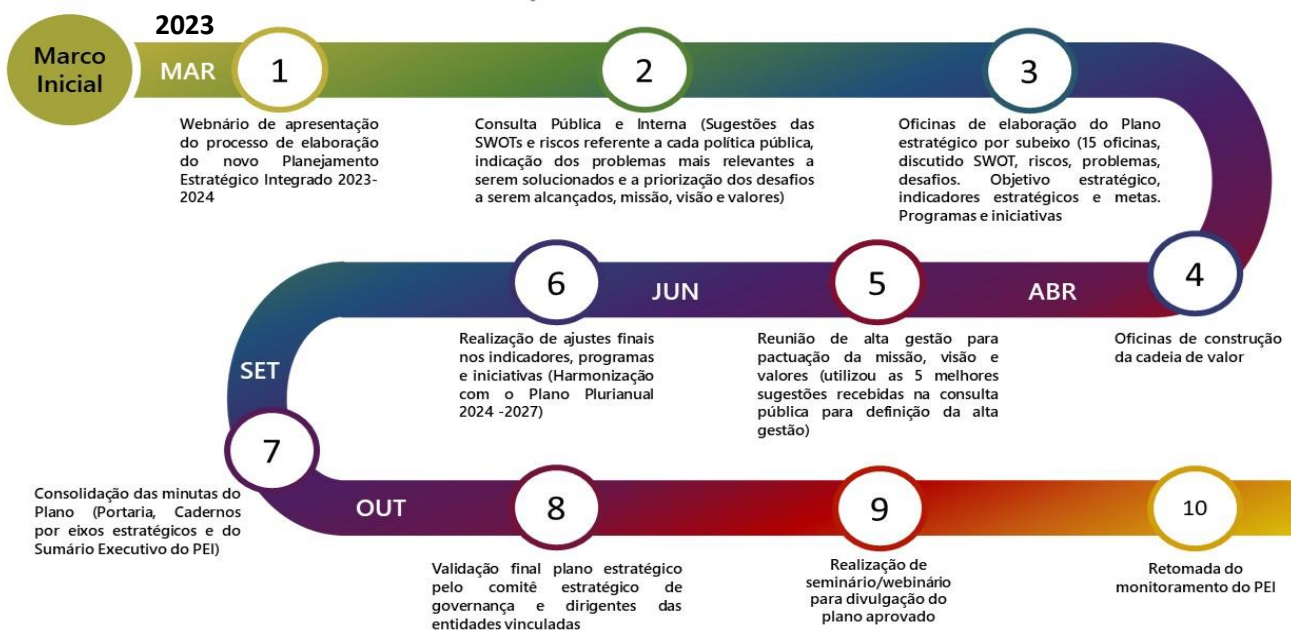
Assim, por meio do Plano Estratégico, as organizações estabelecem de maneira consistente, organizada, transparente e lógica, os resultados a serem entregues para a sociedade e os meios que serão adotados para essa finalidade.

A estruturação do PE na Administração Pública Federal é regida pela Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020, e orientada pelo “Guia Técnico de Gestão Estratégica”, também produzido pelo então Ministério da Economia. Segundo esse normativo, o plano estratégico institucional deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano, a partir de 2021, e, quando for necessário, atualizado.

Em 2023, com a publicação da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, bem como a edição do Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), foi identificada a necessidade de elaboração de um novo PEI ainda em 2023, que contemplasse a nova estrutura e as prioridades da atual gestão.

Nesse sentido, a construção do PEI MIDR 2023-2027 agregou as boas-práticas adquiridas nos ciclos anteriores, prezando por um processo participativo e inclusivo, desenvolvido a partir da realização de diversas oficinas, com a participação de gestores e servidores do MIDR e de suas entidades vinculadas, num processo de reflexão crítica acerca dos elementos fundamentais da estratégia do Ministério, conduzido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPGE) da Diretoria de Gestão Estratégica (Digec). Outro diferencial foi a inclusão da participação social na elaboração do plano e a realização de análise de ambiente interno e externo e dos riscos para cada política pública e área de gestão do MIDR.

Linha do tempo – Revisão do PEI MIDR



A inclusão da participação social teve como objetivo a construção de um planejamento estratégico governamental mais democrático e sensível às necessidades da sociedade. Nesse sentido, houve a consulta pública realizada por meio de formulário virtual. Os colaboradores do MIDR contribuíram com sugestões sobre os direcionadores estratégicos (missão, visão e valores) e identificação das forças, das fraquezas, das oportunidades, das ameaças e dos riscos dentro de cada política pública que é desenvolvida no âmbito das competências do MIDR. Já a sociedade indicou os problemas mais relevantes e a priorização dos desafios a serem alcançados no âmbito de cada política pública para o novo plano.

A integração do MIDR com suas entidades vinculadas visa a otimização dos trabalhos e de recursos compartilhados, dentro de uma perspectiva abrangente, focada nos objetivos globais do Ministério. Dessa forma, para contribuir com os objetivos, as entidades vinculadas apresentaram programas, iniciativas e metas sobre as quais serão responsáveis pela execução. Cabe destacar que essas iniciativas compõem os cadernos estratégicos de forma orgânica dentro de Eixos estratégicos relacionados às competências do Ministério.

Com base nas sugestões recebidas, foram desenvolvidos a nova missão, visão, valores do MIDR, realizada análise de ambiente interno e externo (análise SWOT) e riscos de cada política pública, construído o mapa estratégico com os objetivos. Também foram formulados os novos elementos específicos do PEI, como os indicadores estratégicos, metas, programas e iniciativas, sendo esses elementos harmonizados com o Plano Plurianual 2024-2027.

Para melhor visualização da atuação do ministério, houve a definição dos Eixos, que são as macropolíticas e as áreas de gestão governamental do MIDR. Eles foram desdobrados em subeixos, que são as políticas públicas do ministério.

EIXOS E SUBEIXOS DE ATUAÇÃO DO MIDR



No desenvolvimento do PEI, cada Eixo Estratégico é representado por seu caderno estratégico específico, totalizando cinco cadernos. Eles apresentam de forma detalhada a análise SWOT, riscos, problemas, desafios, objetivos estratégicos, indicadores, metas, programas e iniciativas relacionados a cada Subeixo.

Os documentos do PEI são (disponíveis em [Planejamento Estratégico Integrado— Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)):

- Sumário Executivo – apresenta os pontos fundamentais da metodologia do PEI e uma visão geral do seu conteúdo envolvendo os eixos estratégicos de atuação do MIDR;
- Caderno de Proteção e Defesa Civil;
- Caderno de Desenvolvimento Regional e Territorial;
- Caderno de Segurança Hídrica;
- Caderno de Parcerias e Fomento;
- Caderno de Governança e Gestão Corporativa.

Os elementos gerais do Plano Estratégico foram aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da **RESOLUÇÃO CEG/MIDR Nº 3, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023**.

Para inserção das informações de monitoramento do Plano Estratégico, será utilizado sistema informatizado para registro e acompanhamentos dos atributos - o **Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (Sisplan)**, solução customizada desenvolvida pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPGE), que integra a Secretaria-Executiva do MIDR, para inserção das informações de monitoramento do Plano Estratégico.

Com o monitoramento sistematizado no Sisplan, as informações consolidadas serão utilizadas para apoiar a tomada de decisão, bem como para produzir diversos relatórios gerenciais, de prestação de contas e que poderão ser usados até mesmo para o monitoramento do PPA. Isso evitará retrabalho nas unidades do MIDR, permitindo que foquem em suas entregas para a sociedade.

Fundamentos do Modelo de Excelência em Planejamento e Gestão Estratégica

O modelo de excelência do MIDR foi estabelecido com base em alguns fundamentos de melhoria do processo de estruturação do Planejamento Estratégico, entre os quais se destacam:

- **Engajamento da estrutura de Governança:** modelo que se apoia em maior atuação do Comitê Estratégico de Governança no âmbito do PEI, que tem como uma de suas pautas o planejamento estratégico, tendo em vista a responsabilidade de aprovar, revisar, monitorar e avaliar o PEI, prevista no Art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020.
- **Abordagem por políticas públicas e programas:** estruturação do PEI com base em políticas públicas e programas do MIDR, evitando-se abordagens fixadas exclusivamente nas estruturas funcionais e hierárquicas. Dentro de cada política pública, as discussões da elaboração do PEI contaram com a participação de atores de estruturas diferentes, permitindo compartilhamento de informações e incorporação de diferentes óticas sobre cada assunto trabalhado. A adoção dos programas como elemento do PEI também permitiu que a estratégia fosse estruturada de forma mais integrada e vinculada às nomenclaturas normalmente utilizadas pela Pasta para divulgar seus resultados.
- **Utilização de instrumento de análise de ambiente interno e externo e identificação de riscos:** a metodologia utilizada na elaboração do PEI 2023-2027 previu a realização de análise SWOT e de riscos específicas para cada política ou área de gestão do MIDR, que consiste em análise do ambiente interno (identificação das forças e fraquezas) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças), identificação de riscos, viabilizando o estabelecimento da estratégia em bases mais sólidas.
- **Orientação para a solução de problemas e alcance de desafios fundamentais:** a elaboração dos objetivos estratégicos vinculados a cada política pública ou área de governança e gestão corporativa teve como elemento base a discussão dos principais problemas e dos principais desafios. Esses elementos permitiram a construção de redações mais específicas para os objetivos estratégicos (refletindo melhor as prioridades) e a definição de programas e iniciativas voltados para a solução de questões fundamentais dentro de cada eixo e subeixo estratégico do PEI.
- **Maior integração entre MIDR e as entidades vinculadas:** no processo de elaboração do plano, as entidades vinculadas ao MIDR (Sudam, Sudene, Sudeco, Dnocs, Codevasf e ANA), contribuíram com todo o processo de definição da estratégia do Ministério, participando dos debates e construção do Plano, os quais puderam enriquecer as discussões e a compreensão sobre os temas abordados. As entidades vinculadas incluíram no Plano indicadores, programas, iniciativas e metas mais relevantes de suas atuações, sobre as quais serão responsáveis pela execução. Com a elaboração e posterior monitoramento conjuntos, viabiliza-se a criação de uma rede de planejamento integrado.
- **Dinâmica de monitoramento intensivo e excelência em gestão estratégica:** constância de monitoramentos nas iniciativas com a implantação gradual de um modelo excelência em gestão estratégica, consistindo em reuniões mensais para as iniciativas prioritárias e trimestralmente para as demais, ou quando houver necessidade, fortalecendo prática fundamental para a gestão e compartilhamento de informações e debate dos avanços dos programas no âmbito das secretarias e vinculadas.
- **Melhoria da vinculação com os demais instrumentos de planejamento governamental existente:** estabelecimento de pontos de integração entre o PEI e os principais instrumentos de planejamento governamental de médio e longo prazo, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento, Planos Setoriais e o Plano Plurianual.
- **Integração do PEI ao Relatório de Gestão e Mensagem Presidencial:** utilização do Sistema que monitora o PEI como base para extração das informações a serem consolidadas no Relatório de Gestão e na Mensagem Presidencial do MIDR, diminuindo retrabalho das unidades finalísticas e fortalecendo a função desses instrumentos de divulgação dos resultados anuais para a sociedade.

- **Melhoria dos vínculos entre planejamento e orçamento:** o modelo atual previu que toda iniciativa, quando aplicável, seria vinculada à ação orçamentária correspondente. Essa relação já existente no modelo anterior foi melhorada agora ao se incentivar a utilização de planos orçamentários para individualizar as iniciativas, sempre que possível pela unidade.

Isso posto, a estruturação do PEI será detalhada a seguir, explicando-se sobre sua governança, seus principais elementos, pontos de integração, mecanismos de monitoramento e avaliação e outras novidades.

GOVERNANÇA

O Planejamento Estratégico Integrado tem como instância máxima de governança o Comitê Estratégico de Governança (CEG), instituído em 2020 e composto pelo Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, pelo Secretário-Executivo, que o coordenará, e pelos Secretários Nacionais da Pasta. Além desses membros deliberativos, há a participação, em caráter consultivo, do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e do Consultor Jurídico.

A segunda instância de governança é a Comissão Técnica do Comitê Estratégico de Governança (CT-CEG) composta por representantes do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva e das Secretarias Nacionais. É ela que assessora o CEG e tem como finalidade subsidiar as reuniões e deliberações de competência do comitê.

Conforme disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020, cabe ao CEG a competência de aprovar, monitorar e avaliar o PEI.

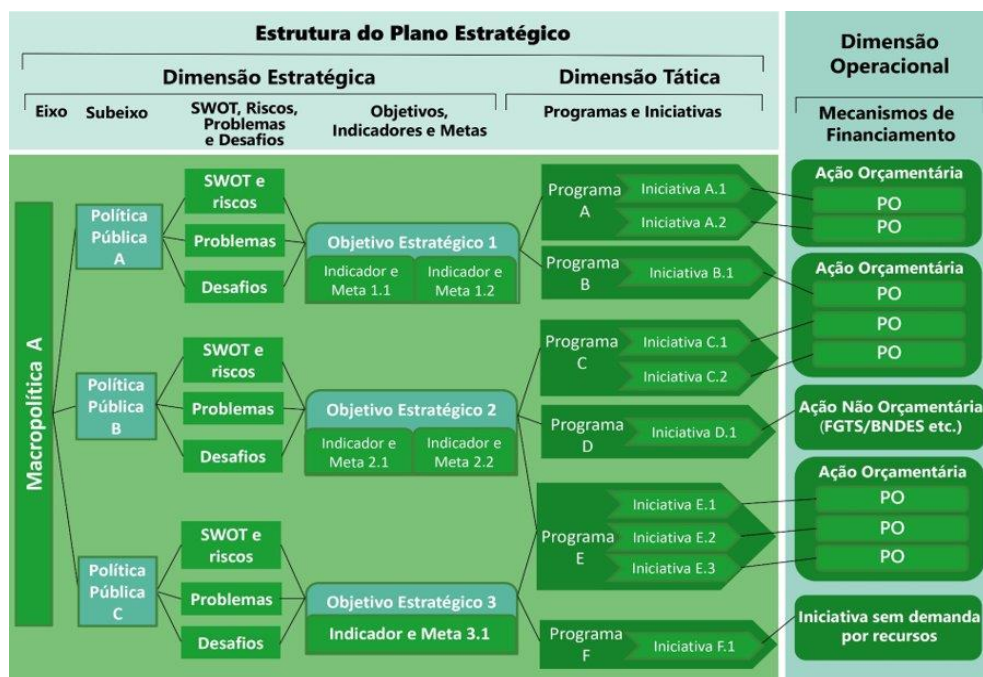
ESTRUTURA E ELEMENTOS DO PEI

O Planejamento Estratégico é estruturado por um conjunto de elementos agregados em duas dimensões fundamentais: a dimensão estratégica e a dimensão tática.

A dimensão estratégica corresponde às definições mais gerais relacionadas às políticas do MIDR, envolvendo análise de questões indispensáveis relacionadas à sociedade que demandam a intervenção governamental na forma de políticas públicas. Essa dimensão é composta pelos eixos e subeixos estratégicos, análise SWOT, riscos, problemas e desafios fundamentais, além dos objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e suas respectivas metas.

A dimensão tática, por sua vez, representa o plano de ação, ou seja, aquilo que o governo se compromete a realizar para alcançar os objetivos estratégicos definidos e apresentar os resultados desejados pela sociedade. Assim, a dimensão tática é composta pelos programas e as iniciativas do governo.

Por fim, há de se destacar a dimensão operacional, necessária para execução da estratégia do Ministério. Esta dimensão corresponde à viabilização da estratégia por meio do orçamento público, além das atividades de gestão operacional realizadas por cada equipe.



Nesse sentido, a fim de promover alinhamento com essa dimensão, cada iniciativa do PEI contém o vínculo com a ação orçamentária e plano orçamentário correspondente (se houver) e informará os casos em que o financiamento se der por mecanismos não orçamentários, ou mesmo quando a execução da iniciativa não depender do dispêndio de recursos financeiros adicionais (casos de iniciativas executadas diretamente pela força de trabalho do Ministério). Apresenta-se a seguir a definição de cada um dos elementos das duas dimensões do PEI.

- **Eixos Estratégicos:** consistem no nível de agregação máximo de uma política sob o qual se estrutura toda a estratégia a ser implementada. No âmbito do PEI, são estabelecidos eixos finalísticos de políticas públicas, que representam as macropolíticas como Segurança Hídrica, Proteção e Defesa Civil, Desenvolvimento Regional e Territorial e eixos transversais como Governança e Gestão Corporativa e Parcerias e Fomento.
- **Subeixos Estratégicos:** representam as políticas públicas específicas vinculadas a cada eixo estratégico.
- **Análise SWOT e riscos:** analisa o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças); identifica riscos, que são eventos incertos que podem prejudicar a organização e a política pública executada.
- **Problemas fundamentais:** quando vinculados a subeixos finalísticos, representam os problemas críticos que afetam a sociedade ou questões estruturais que dificultam o alcance dos resultados desejados para a política pública
- **Desafios Fundamentais:** refletem uma visão futura almejada no âmbito de um subeixo estratégico, de forma a representar uma questão prioritária e altamente desejada ou um grande resultado a ser alcançado.
- **Objetivos Estratégicos:** representam a grande finalidade de um subeixo de política pública ou de atuação transversal, deixando claro, sempre que possível a prioridade da atuação ou de público-alvo. Sua redação é fruto da síntese dos problemas fundamentais a serem solucionados e dos desafios fundamentais a serem alcançados.
- **Indicadores Estratégicos:** instrumentos que permitem a verificação em termos quantitativos ou qualitativos de aspectos de um fenômeno vinculado a um objetivo estratégico. Considerando seu caráter estratégico, devem medir, preferencialmente, aspectos relacionados a impactos ou resultados referentes a uma política pública. Por essa característica, esses indicadores normalmente são influenciados não só pela atuação específica do órgão, mas por questões socioeconômicas. Outro fator de destaque é que a maior parte das políticas do MIDR é de competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido, o indicador estratégico deve ser entendido como um termômetro do problema vinculado a uma política pública e que direciona o estabelecimento dos programas e iniciativas do Ministério, devendo-se evitar sua utilização como medida única da efetividade da Pasta.
- **Metas Estratégicas:** vinculadas aos indicadores estratégicos, as metas estratégicas consistem nos resultados que a organização pretende atingir em determinado período de tempo a fim de alcançar um objetivo estratégico.
- **Programas:** representa um conjunto de iniciativas geridas de maneira integrada para solução de um problema comum viabilizando o alcance de melhores resultados. No PEI, buscou-se utilizar como programas aqueles já estruturados e consagrados, bem como nos casos de ausência, incentivou-se a criação de novos para melhor gestão das iniciativas do MIDR.
- **Iniciativas:** consistem nos projetos, nas obras e nas atividades estratégicas de duração continuada do MIDR.

Quando as iniciativas estão estruturadas sob a forma de projetos, possuem prazo limitado de duração e resultarão em produtos ou serviços únicos que promoverão melhorias fundamentais em políticas públicas ou áreas de governança ou gestão corporativa (exemplos: revisão de um plano setorial; reformulação de uma

norma; etc.).

Quando estruturadas como ações estratégicas de duração continuada, representam entregas de grande impacto para a sociedade que são geradas de maneira contínua pelo MIDR (exemplos: realização de parcerias com o setor privado para implementação de projetos; apoio à implementação de iniciativas para revitalização de bacias hidrográficas etc.).

Quando denominadas obras são empreendimentos estruturantes com investimentos de longo prazo e etapas diversas, que trarão segurança hídrica para a sociedade (exemplo: implantação de uma infraestrutura hídrica estruturante etc.)

Cada iniciativa possui um indicador e uma meta própria, que permitem medir a eficácia da atuação do Ministério em determinado aspecto, apresentando normalmente os produtos gerados no âmbito dos trabalhos executados pela Pasta. Assim, o indicador de iniciativa é o mais indicado para verificação do desempenho de determinada área do Ministério, uma vez que está relacionado a questões que estão sob maior capacidade de gerenciamento pela própria Pasta.

Mapa Estratégico MIDR

O Mapa estratégico é uma representação visual que sintetiza a estratégia do Ministério. É composto por Missão, Visão, Valores, Perspectivas e Objetivos Estratégicos. A seguir, serão apresentados os conceitos dos principais atributos que compõem o Mapa Estratégico do PEI 2023 – 2027 do MIDR e sua representação gráfica.

A **Missão** representa a razão de existir do Ministério, o propósito pelo qual os dirigentes e o corpo técnico trabalham.

A **Visão** corresponde ao que a organização deseja alcançar no futuro, como ela almeja ser reconhecida. É a síntese dos desejos e aspirações dos dirigentes e gestores.

Os **Valores** representam os princípios mais importantes para o MIDR, a serem sempre observados na sua atuação, eles norteiam as ações e a conduta dos integrantes do Órgão, orientando-lhes o comportamento e permeando as relações nos ambientes interno e externo.

As **Perspectivas** correspondem ao agrupamento dos objetivos estratégicos que possuem características comuns. No Mapa Estratégico do MIDR, foram adotadas as seguintes perspectivas:

- **Governança e Gestão Corporativa:** caracteriza-se por conter objetivos das atividades que dão suporte e viabilizam a execução de todas as atividades do Ministério. Está intimamente relacionada à atuação das áreas-meio.
- **Parcerias e Fomento:** representam os objetivos estratégicos transversais de realização de parcerias com o setor privado, nacional e internacional, além de melhoria dos instrumentos de fomento e incentivos que impactarão positivamente no desenvolvimento das políticas e programas do MIDR.
- **Políticas Públicas:** perspectiva que envolve todos os objetivos relacionados às políticas públicas do MIDR que irão beneficiar a sociedade brasileira de diferentes formas. Aos objetivos estratégicos das políticas públicas, são atrelados os principais indicadores setoriais que representam o avanço da sociedade brasileira naquela temática específica.
- **Resultado Integrado:** perspectiva que representa o grande resultado almejado para o conjunto de políticas públicas do MIDR. Está intimamente ligada à missão e à visão do Ministério. Para seu acompanhamento são utilizados especialmente indicadores macroeconômicos que refletem as questões mais desafiadoras, como a desigualdade regional e a qualidade de vida nas regiões brasileiras.

Os **Objetivos Estratégicos** representam de maneira sintetizada o que se deseja alcançar e qual é a prioridade dentro das principais áreas de atuação do MIDR. Os objetivos foram construídos a partir da reflexão dos problemas fundamentais a serem solucionados e dos desafios fundamentais a serem superados dentro de cada eixo e subeixo estratégico de atuação.

É recomendável que a leitura do Mapa Estratégico seja feita de baixo para cima, uma vez que as perspectivas de Governança e Gestão Corporativa e a de Parcerias e Fomento funcionam como alicerces para o desenvolvimento das Políticas Públicas, que no seu conjunto apoiam o alcance do Resultado Integrado desejado.

MAPA ESTRATÉGICO 2023 - 2027

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



Cadeia de Valor MIDR

A Cadeia de Valor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tem por objetivo subsidiar, orientar, convergir e estruturar a gestão de processos do Ministério, de forma que esta seja mais uma ferramenta para seus dirigentes utilizarem na busca da realização dos objetivos estratégicos do órgão. Sua construção proporciona uma visão abrangente sobre o alinhamento dos processos finalísticos do Ministério à sua estratégia.

Sua principal função é representar de forma estruturada todas as atividades que a organização executa para, na entrega de seus produtos ou serviços, gerar valor ao cidadão.

Da mesma forma que o Estado brasileiro tem buscado estruturar parcerias com a iniciativa privada para viabilizar a entrega de políticas públicas, a utilização de ferramentas gerenciais na administração pública surge como uma tendência que vem se consolidando. O Decreto de Governança nº 9.203, de 22/11/2017, no art. 2º, inciso II, define valor público como:

“produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;”

O modelo proposto, com base no Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio, BPM CBOK, apresenta a arquitetura de processos assim dividida:

- **Processos finalísticos:** correspondem às atividades primárias da cadeia de valor, e representam a atuação e as competências do órgão. São os processos de trabalho voltados para a implementação de políticas públicas e que promovem a efetiva geração de valor público para a sociedade.
- **Processos gerenciais:** um conjunto de atividades que envolve decisões sobre as diretrizes, normas, planos, programas, estrutura, serviços, processos e recursos para orientar e normatizar as atividades do órgão. São os processos que viabilizam o estabelecimento da estratégia da organização e estão relacionados à formulação de diretrizes de governança.
- **Processos de suporte:** conjunto de atividades relacionadas à gestão dos recursos necessários à execução de todos os demais processos do Ministério. São processos comuns a todos os órgãos e entidades da Administração Pública e, em sua maioria, normatizados por um órgão central e apoiados por sistemas de informação.

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO

A Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020, define, em seu artigo 3º, a cadeia de valor como um dos elementos que compõem o plano estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Os trabalhos de construção da Cadeia de Valor do MIDR ocorreram em paralelo à definição dos direcionadores estratégicos do plano, a partir do webinar que oficializou o início do projeto com a participação de toda a comunidade organizacional.

Foram realizadas oficinas temáticas presenciais, coordenadas pela equipe da Coordenação-Geral de Processos e Estrutura, com cada secretaria finalística. As oficinas tiveram como pauta a discussão e a identificação dos processos dos eixos e subeixos de atuação do Ministério.

O trabalho consistiu na apresentação do escopo do projeto, cronograma e alinhamento sobre arquitetura de processos da Cadeia de Valor para o novo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A proposta foi construída de forma colaborativa pelos representantes das unidades e tem como objetivo contribuir para uma melhor visibilidade dos processos finalísticos.

Ocorreram, ainda, outras oficinas que contemplaram os processos que se relacionam aos eixos de governança e gestão corporativa.

RESULTADOS

Os trabalhos resultaram numa proposta para a Cadeia de Valor MIDR estruturada com os processos transversais que permeiam todas as políticas públicas de responsabilidade do Ministério, os processos finalísticos que representam os eixos temáticos da organização, e os processos gerenciais e de suporte que sustentam todos os demais.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no exercício de sua competência na gestão de políticas públicas, apresenta os seguintes macroprocessos transversais a todas as secretarias finalísticas:

- A) Estabelecer estratégias e diretrizes setoriais integradas;**
- B) Coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de planos nacionais;**
- C) Fornecer apoio e assistência técnica aos entes federativos e entidades setoriais;**
- D) Gerenciar sistemas nacionais de informações.**

Nas oficinas técnicas temáticas foram levantados os seguintes processos relacionados aos eixos e subeixos de atuação do Ministério:

COORDENAR O PLANEJAMENTO REGIONAL E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

- Formular, implementar, monitorar e avaliar os instrumentos de planejamento territorial em distintas escalas e coordenar as instâncias de governança a eles vinculados;
- Promover a assistência técnica para municípios e estados em desenvolvimento regional e territorial; e
- Consolidar processos de tomada de decisão lastreados em inteligência regional e territorial.

ESTRUTURAR CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS

- Prover infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, incluindo a implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico; e
- Promover a aquisição de equipamentos materiais e insumos, bem como capacitação, intercâmbio de produtores, eventos técnicos e de comercialização.

IMPLANTAR ESTRUTURAS HÍDRICAS ESTRATÉGICAS

- Planejar, projetar, licitar, contratar e fiscalizar a implantação de obras hídricas; e
- Orientar e supervisionar a formulação e a implementação de programas e de projetos de aproveitamento de recursos hídricos para usos múltiplos.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

- Definir diretrizes e promover a implementação e a recuperação de projetos públicos de irrigação, bem como conduzir a transferência gradativa da gestão até sua emancipação; e
- Definir diretrizes para a identificação de potenciais polos de irrigação e identificar uma carteira de demandas que leve ao seu reconhecimento.

GERENCIAR A REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- Promover e implantar ações de revitalização de bacias para preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos para garantir água para usos múltiplos; e
- Produzir ações positivas ao meio ambiente com vistas ao desenvolvimento sustentável das regiões.

GERIR RISCOS E DESASTRES

- Coordenar e fortalecer o SINPDEC em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Coordenar o Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil;
- Articular, nortear e engajar as políticas setoriais para redução dos riscos de desastres;
- Monitorar ameaças e eventos adversos em articulação com os demais atores do SINPDEC e difundir alertas aos entes federados e à população; e
- Reconhecer situações de anormalidade e apoiar os entes federativos afetados por desastres nas ações de resposta e recuperação.

GERENCIAR TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

- Estabelecer diretrizes e critérios para seleção e a priorização de investimentos, objetivando a celebração de instrumentos de repasse;
- Coordenar as atividades relacionadas à celebração de instrumentos de financiamento e repasse de recursos e ao acompanhamento da execução das etapas e metas, assim como do cumprimento de seus prazos; e
- Analisar solicitações e formalizar transferências de recursos aos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

ESTABELECEM DIRETRIZES PARA A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS REGIONAIS

- Estabelecer diretrizes, estratégias e orientações gerais para a gestão e destinação dos recursos dos fundos regionais administrados pelo Ministério em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e com os Planos Regionais de Desenvolvimento;
- Monitorar, avaliar e consolidar informações sobre os resultados da aplicação dos recursos dos fundos; e
- Elaborar proposta de normatização para a destinação dos recursos dos fundos vinculados ao Ministério.

ESTRUTURAR PROJETOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E CONCESSÕES

- Propor os normativos, ações e programas para concessões e parcerias público-privadas, incluindo-se critérios de sustentabilidade e adaptação às mudanças do clima;
- Articular e propor a capacitação técnica e institucional para a realização de projetos de concessões e parcerias público-privadas federais e de entes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Gerenciar o Sistema de Estruturação de Projetos (SEP) e promover a articulação institucional para o financiamento;
- Apoiar as secretarias finalísticas na proposição, articulação e monitoramento de projetos e parcerias nos arranjos regionais;
- Propor a padronização de procedimentos para a captação de recursos nacionais ou internacionais para projetos; e
- Realizar articulações com os setores público, privados e organismos internacionais para apoio técnico a projetos de cooperação ou fomento de projetos.

A seguir serão apresentados os processos gerenciais, que viabilizam o estabelecimento da estratégia da organização e o monitoramento de seu desempenho. São também os processos de controle institucional e de gestão da comunicação.

GESTÃO ESTRATÉGICA

- Coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Planejamento Estratégico Integrado e do Plano Plurianual do Ministério;
- Estruturar e gerenciar o portfólio de projetos de governança;
- Analisar, desenhar, implementar, gerenciar desempenho, transformar e estabelecer a governança dos processos organizacionais;
- Estruturar e prover informações estratégicas sobre políticas públicas, programas, ações e processos do Ministério e das entidades vinculadas;
- Propor, acompanhar e avaliar ações de estrutura organizacional;
- Coordenar a elaboração do Relatório de Gestão do MIDR e da Mensagem Presidencial, no que tange às políticas públicas do Ministério;
- Coordenar a elaboração da fase qualitativa da Lei Orçamentária Anual; e
- Coordenar a elaboração de diretrizes e análises sobre gestão de custos.

INTEGRIDADE E CONTROLE

- Coordenar o atendimento às demandas dos órgãos de controle e de defesa do Estado.
- Promover a gestão de riscos e controles internos;
- Implementar o Programa de Integridade, fornecendo orientação e treinamento aos servidores e colaboradores do Ministério;
- Desenvolver ações que promovam a transparência e o acesso à informação;
- Promover ações de prevenção a irregularidades e ilícitos, com a disponibilização e divulgação de canais adequados; e
- Desenvolver ações que promovam a efetividade do tratamento de denúncias e comunicações; e
- Apurar a responsabilidade de servidor ou de pessoa jurídica por infração praticada no exercício de suas atribuições.

COMUNICAÇÃO

- Assessorar os dirigentes nas ações de comunicação social;
- Atender às solicitações dos órgãos de imprensa;
- Assessorar as unidades no planejamento de eventos institucionais;
- Desenvolver canais de comunicação interna e externa;
- Estabelecer procedimentos de captura de informações e mecanismos de divulgação;
- Prover o site do Ministério com dados e informações de interesse público, com linguagem simples, de forma intuitiva e tempestiva; e
- Estabelecer procedimentos de transparência ativa.

Na base da Cadeia e apoiando todos os demais processos do Ministério estão os processos de gestão corporativa, que garantem a manutenção e o funcionamento da organização.

PESSOAS

- Gerir recrutamento, seleção e ingresso de pessoal, realizando diagnóstico de necessidades, organizando e realizando os processos seletivos de servidores efetivos e temporários;
- Gerir mobilidade, afastamento e desligamento de servidores referentes à cessão, movimentação, concessão de licenças e afastamentos, inclusive exoneração, vacância e aposentadoria;
- Elaborar a folha de pagamento, analisar a concessão de direitos e vantagens;
- Desenvolver competências por meio de diagnósticos para identificar lacunas, planejar e executar as ações de capacitação e avaliação dos resultados e atender às solicitações de qualificação;
- Promover o reconhecimento de mérito com ações que valorizem os colaboradores; e
- Promover qualidade de vida e saúde com ações que envolvem bem-estar, avaliação e preservação da saúde e integridade dos servidores.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Promover a integração das informações disponibilizando soluções e serviços de TI que promovam a associação dos dados com outros órgãos;
- Prover serviços de TI que garantam disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações que trafegam em meio digital;
- Fornecer e sustentar soluções de TI e serviços públicos digitais que atendam às necessidades de negócio; e
- Disponibilizar e manter equipamentos, serviços e aplicativos necessários para que os colaboradores desempenhem suas funções.

ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

- Administrar bens permanentes e materiais de consumo realizando seu cadastro, controle de solicitações, disponibilização, monitoramento e o inventário de estoque;

- Gerir aquisições e contratações realizando levantamento das necessidades, planejamento da contratação, as atividades do processo licitatório e sua efetiva formalização;
- Gerenciar contratos de bens e serviços;
- Gerenciar obras, reformas e manutenção predial;
- Gerenciar mobilidade e transporte de servidores e de bens, realizando atividades de transporte de pessoal, concessão de diárias e passagens, serviços de deslocamentos terrestres de pessoas e bens; e
- Realizar a gestão documental e a gestão do fluxo de informações para a retenção e sistematização do conhecimento.

ORÇAMENTO E FINANÇAS

- Elaborar o planejamento orçamentário anual por meio do levantamento e da consolidação das demandas das unidades do Ministério e de suas vinculadas;
- Atuar na programação orçamentária e financeira das unidades do Ministério e de suas vinculadas gerindo as alterações orçamentárias anuais, bem como a disponibilidade financeira para pagamentos;
- Gerir os créditos orçamentários e os recursos financeiros, coordenando a execução nos sistemas estruturantes do Governo;
- Atuar na conformidade dos atos e fatos relativos à execução orçamentária, financeira e contábil;
- Elaborar relatórios e demonstrações contábeis e acompanhar as unidades nas regularizações de seus registros; e
- Coordenar os trabalhos de análises financeiras relativas às prestações de contas de recursos descentralizados mediante convênios e transferências obrigatórias.

A seguir, a representação gráfica dos processos para comunicar de forma estruturada todas as atividades realizadas pelo MIDR na busca do cumprimento de sua missão institucional. À direita da cadeia estão declarados os valores públicos que são entregues à sociedade.

CADEIA DE VALOR - MIDR

PNDR

PNI

PNPDEC

PNRH

ESTABELECEER ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES SETORIAIS INTEGRADAS

FORNECER APOIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ENTES FEDERATIVOS E ENTIDADES SETORIAIS

COORDENAR A ELABORAÇÃO, A IMPLEMENTAÇÃO, O MONITORAMENTO, A AVALIAÇÃO E A REVISÃO DE PLANOS NACIONAIS

GERENCIAR SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÕES

GESTÃO ESTRATÉGICA

COORDENAR O PLANEJAMENTO REGIONAL E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

IMPLANTAR ESTRUTURAS HÍDRICAS ESTRATÉGICAS

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

INTEGRIDADE E CONTROLE

ESTRUTURAR CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS

GERIR RISCOS E DESASTRES

GERENCIAR A REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

COMUNICAÇÃO

GERENCIAR TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

ESTABELECEER DIRETRIZES PARA A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS REGIONAIS

ESTRUTURAR PROJETOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E CONCESSÕES

PESSOAS

ORÇAMENTO E FINANÇAS

ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desenvolvimento Regional e Territorial



Segurança Hídrica



Proteção Civil



INTEGRAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O governo federal conta atualmente com diversos instrumentos de planejamento de diferentes escopos. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico Integrado do MIDR foi elaborado de forma harmônica com os principais instrumentos de planejamento vigentes.

O principal documento de orientação estratégica de longo prazo do governo federal é a Estratégia Federal de Desenvolvimento, estabelecida por meio do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Esse documento, elaborado com base nos objetivos fundamentais da Constituição, define a intervenção governamental baseada em eixos, diretrizes e orientações para o horizonte de 2020 a 2031. Nessa linha, para efeito de vinculação ao PEI, suas orientações foram consideradas dentro de cada eixo estratégico do PEI.



Especificamente, no tocante aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, será realizado um trabalho de cotejamento das iniciativas do PEI com as metas dos ODS a fim de identificar como as políticas desenvolvidas no âmbito do MIDR contribuem para o seu alcance. Essa agenda está sendo retomada pelo Governo Federal com a revigoração e proposta de reforma da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.



O Plano Plurianual (PPA), por sua vez, representa o instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para o horizonte de quatro anos. O PPA 2024-2027 se divide em programas temáticos e programas de gestão. Os programas temáticos, juntamente com seus objetivos, correspondem aos pontos de intersecção com o PEI. Indicadores do PPA, preferencialmente, estarão vinculados a indicadores estratégicos da dimensão estratégica do PEI, enquanto entregas e medidas institucionais estarão relacionadas aos atributos da dimensão tática (programas e iniciativas).



O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do Governo Federal Brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. Entre suas prioridades estão o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.



Além desses instrumentos de longo prazo, existem os planos setoriais, que correspondem aos planos estabelecidos de forma específica para políticas próprias em âmbito federal. No MIDR, há alguns planos de destaque, como o Plano Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, Planos Regionais de Desenvolvimento. Todos esses planos atualmente encontram-se em fase de revisão e cada um possui uma metodologia e uma vigência diferenciadas, de forma que sua harmonização com o PEI é bastante complexa. Nesse sentido, o alinhamento será analisado caso a caso conforme o amadurecimento das construções de cada plano setorial.

DINÂMICA DE MONITORAMENTO

A busca do modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica perpassa a realização de monitoramentos contínuos do sistema. Como desdobramento do preenchimento do monitoramento via sistema informatizado, propõe-se a realização das Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO) e de Avaliação da Estratégia (RAE). Essas reuniões têm a finalidade de identificar gargalos com potencial impacto no alcance dos objetivos estratégicos e propor ações de mitigação.

A RAO será coordenada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica da Diretoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva (CGPGE/DIGEC/SE) com os pontos focais e gestores das unidades, organizada por eixos ou subeixos (conforme a necessidade de desagregação e detalhamento), realizadas mensalmente para as iniciativas prioritárias ou trimestralmente para as não prioritárias. Por meio dessas reuniões, serão discutidos, especialmente, avanços e dificuldades relacionados aos programas e iniciativas desenvolvidos pelas unidades, com a definição de providências e correções de rumo para melhor alcance dos objetivos e metas do PEI. As unidades também poderão demandar auxílio metodológico à CGPGE.

Ao final de cada trimestre, os resultados do PEI e os ajustes realizados pelas unidades no seu planejamento serão apresentados à CT-CEG que selecionará os assuntos a serem debatidos na reunião do CEG. Na reunião do CEG, serão avaliados os principais destaques do trimestre e será dada ciência dos ajustes no PEI realizados pelas unidades do Ministério.

A RAE é coordenada pelo Secretário-Executivo e reúne o Ministro e os Secretários Nacionais para discutir o alcance dos objetivos estratégicos pactuados. A RAE é a mais alta instância de tomada de decisão na gestão estratégica. Em seu âmbito são mapeados os “caminhos críticos”, elementos do plano que necessitam de atenção da alta gestão por impactarem substancialmente no planejamento estratégico. As RAEs terão frequência mínima trimestral, sendo realizadas preferencialmente no âmbito do Comitê Estratégico de Governança.

Durante o processo de monitoramento, as unidades do MIDR podem propor novos indicadores estratégicos, programas e iniciativas, bem como o ajuste de atributos já existentes. Para tanto, os pedidos são encaminhados pelas unidades à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, devendo ser realizados pelo responsável pelo atributo a ser alterado, com cópia ao responsável pela diretoria/departamento relacionado aos atributos alterados e pontos focais indicados.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS – PAINEL ESTRATÉGICO E RELATÓRIO DE GESTÃO

A fim de incorporar as melhores práticas de gestão estratégica e *accountability*, os resultados do planejamento estratégico são apresentados por meio de painel gerencial de *Business Intelligence* (BI) denominado Painel Estratégico.

No Painel Estratégico são disponibilizadas diversas opções de relatórios e de filtros para que a informação desejada seja acessada da forma mais ágil possível. Nesse sentido, o painel dispõe de seis visualizações diferentes:

- **Relatório Geral do Desempenho no Mapa Estratégico:** Apresenta os resultados médios dos indicadores estratégicos e das iniciativas no âmbito de cada objetivo estratégico estabelecido pelo Ministério.
- **Relatório Executivo:** Permite a visualização resumida dos valores de apuração dos indicadores estratégicos e dos resultados médios dos programas por unidade ou por objetivo estratégico.
- **Relatório do Indicador Estratégico:** Apresenta informações detalhadas sobre os avanços de um indicador estratégico selecionado, com série histórica de metas e apurações, juntamente com análise crítica

dos resultados alcançados.

- **Relatório de Programa:** Apresenta informações de resultado geral do programa, os tipos de iniciativas que o compõem e o resumo dos resultados dessas iniciativas.
- **Relatório de Iniciativa:** Detalha informações acerca do avanço da iniciativa, com série histórica de metas e apurações, informações dos avanços e perspectivas, os entraves verificados e a situação das etapas de seu desenvolvimento.
- **Relatório de detalhamento de etapas:** Apresenta informações detalhadas acerca do desenvolvimento de cada etapa das iniciativas do tipo projeto.

Ao final de cada ano, as informações apresentadas pelas unidades no âmbito do planejamento estratégico são utilizadas como fonte fundamental para elaboração do Relatório de Gestão e da Mensagem Presidencial do Ministério. Essa prática converge com a busca constante de ampliação da transparência ativa e da prestação de contas para a sociedade acerca do avanço dos trabalhos de maior relevância do Ministério, bem como reduz a oneração da força de trabalho das unidades do Ministério no processo de elaboração dos relatórios institucionais.

PORTAL DA ESTRATÉGIA – HUB DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO ESTRATÉGICA NA INTRANET

Por fim, existe o Portal da Estratégia, que funciona como um hub de informações sobre gestão estratégica. O portal passa por atualizações contínuas de forma a agregar as principais ferramentas de acompanhamento da estratégia e de informações sobre iniciativas prioritárias. Por meio dele poderão ser acessados:

- Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico - Sisplan;
- Painel Estratégico (BI com resultados do PEI);
- Mapa Estratégico e Cadeia de Valor;
- Sumário Executivo do Plano Estratégico;
- Cadernos Estratégicos de cada Eixo do PEI;
- Informações sobre Plano Plurianual, Agenda ODS, Estratégia Federal de Desenvolvimento;
- Guias e livros de referência em planejamento e gestão estratégica;
- Capacitações disponibilizadas sobre a temática;
- Legislação aplicada às temáticas de planejamento do MIDR.

Visão Geral PEI - Dimensão Estratégica

Apresenta-se, no quadro a seguir, resumo dos atributos da dimensão estratégica do PEI. Para análise mais aprofundada, sugere-se a leitura dos **Cadernos Estratégicos** que apresentam toda a estratégia relacionada a cada eixo do PEI, destacando os problemas, desafios e análise SWOT que levaram à definição do objetivo estratégico e à estruturação de programas e iniciativas de intervenção.

Acerca desta dimensão estratégica, é importante frisar que Informações mais detalhadas de cadastro de indicador estratégico (ex: fórmula de cálculo, responsável pela apuração etc.), podem ser obtidas nas fichas de detalhamento.

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica 2023-2027				
Resultado Integrado	Não se aplica	Não se aplica	Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades regionais	Renda Média Per Capita - RMCP	Ampliar a renda média per capita				
				Renda Média Per Capita dos 50% mais pobres	Ampliar a renda média per capita dos 50% mais pobres				
				Índice de Desenvolvimento Humano	Ampliar o Índice de Desenvolvimento Humano				
				Índice de Desigualdade Regional da Renda Média Per Capita	Reduzir a Desigualdade Regional da Renda Média Per Capita das regiões frente à média nacional				
				Índice de Gini	Reduzir o Índice de Gini				
Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
Políticas Públicas	Desenvolvimento Regional e Territorial	Planejamento Regional e Ordenamento Territorial	Aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência. (SDR)	Percentual de avaliações executadas conforme agenda instituída	2023	2024	2025	2026	2027
				Percentual das áreas prioritárias da PNDR com instrumentos de planejamento em implementação	0%	25%	25%	25%	25%
		Desenvolvimento Produtivo	Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (SDR)	Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas	0%	0%	4%	6%	8%

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
					2023	2024	2025	2026	2027
Políticas Públicas	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Riscos e de Desastres	Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.	Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres (Sedec)	3,72	3,72	3,72	3,72	3,72
				Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres (Sedec)	-	41,35 %	41,54%	41,69%	41,78%
		Gestão de Desastres	Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre	Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de recuperação aprovadas (Sedec)	100%	100%	12,06%	12,03%	11,98%
				Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de resposta aprovadas (Sedec)	100%	100%	100%	100%	100%
				Tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal (Sedec)	12,1 dias	12,09 dias	12,06 dias	12,03 dias	11,98 dias
				Tempo médio ajustado entre o pedido e o reconhecimento federal (Sedec)	13,14 dias	13,13 dias	13,11 dias	13,08 dias	13,05 dias
				Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para assistência humanitária (Sedec)	22,79 dias	22,75 dias	22,6 dias	22,18 dias	21,27 dias
				Tempo médio ajustado entre o empenho e a liberação de recursos para ações de Reconstrução (Sedec)	187,52 dias	186,9 dias	186,2 dias	185,11 dias	183,53 dias
				Taxa de atendimento das demandas de apoio emergencial pela Operação Carro Pipa	0,68%	0,7%	0,72%	0,72%	0,75%

				Tempo médio ajustado entre solicitação de recursos e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais (Sedec)	46,44	45,97	45	44,25	43,32
				Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício (Sedec)	67%	68%	69%	70	71%
				Tempo médio ajustado entre o empenho e a liberação de recursos para ações de Reconstrução (Sedec)	187,52	186,9	186,2	185,11	183,53

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
					2023	2024	2025	2026	2027
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.	Quantidade de municípios com índice de segurança hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica (SNSH)	-	100	130	200	400
			Incremento da oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo (SNSH) - m³/s	27,68	50	22,32	90	100	
		Irrigação	Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o Desenvolvimento Regional, observando o uso racional dos recursos naturais	Área Total Irrigada (SNSH)	9.4*	9.7*	10*	10,3*	10,6*
			Estimativa De Incremento Anual De Área Irrigada Com Base Nas Autorizações De Uso Das Águas De Domínio Da União (SNSH)	-	383.433,21	400.687,71	418.718,65	437.560,99	
		Revitalização de bacias hidrográficas	Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.	Área Total Beneficiada Por Ações De Revitalização De Bacias Hidrográficas (SNSH)	-	45.821	173.568	426.315	666.915
		Gerenciamento de recursos hídricos	Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.	Nível De Stress Hídrico: Proporção das Retiradas de Água Doce em Relação ao total dos recursos de Água Doce Disponível (ANA)	1,72%	2%	2,04%	2,07%	2,11%

*Valor em milhões

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
					2023	2024	2025	2026	2027
Fomento e Parcerias	Fomento e Parcerias	Parcerias com o setor privado	Ampliar investimento privado para implementação de infraestruturas e prestação de serviços com foco no desenvolvimento regional, por meio de parcerias privadas.	Número de projetos de parcerias com o setor privado estruturados (SNFI)	0	1	5	5	5
				Volume total de investimento privado atraído por meio de parcerias (R\$ Mil) (SNFI)	14.957.970.826,00	16.957.970.826,00	17.157.970.826,00	27.157.970.826,00	37.157.970.826,00
				População beneficiada pelos projetos de parcerias (SNFI)	25.680.000,00	29.680.000,00	33.680.000,00	41.680.000,00	46.680.000,00
		Fundos e Instrumentos Financeiros	Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional	Índice de Contratações dos FCFs com tomadores de Menor Porte (SNFI)	51%	51%	51%	51%	51%
				Índice de Contratações nas Tipologias Prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs (SNFI)	60%	60%	60%	60%	60%
				Índice de contratações com recursos dos FDs (SNFI)	31%	31%	31%	31%	31%

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
					2023	2024	2025	2026	2027
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Estratégica	Consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração, inovação e participação social, com foco em resultados.	Índice Integrado de Governança e Gestão pública do TCU (IGG-TCU) (CGPRO)	2023 medição para linha de base	*	Acréscimo de 5% sobre ano anterior	*	Acréscimo de 5% sobre ano anterior
				IGG-MIDR (Desempenho de governança do MIDR com base no índice Integrado de Governança e Gestão Pública) (CGPRO)	2023 medição para linha de base	Acréscimo de 5% sobre ano anterior	Acréscimo de 5% sobre ano anterior	Acréscimo de 5% sobre ano anterior	Acréscimo de 5% sobre ano anterior
		Gestão de Pessoas	Promover o desenvolvimento de competência e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional	Taxa de Servidores Capacitados (CGGP)	20%	25%	30%	35%	40%
		Gestão de Tecnologias	Alcançar alto nível de qualidade e de segurança das soluções de TIC, providas de forma tempestiva e alinhadas às prioridades organizacionais	Índice de execução das ações do PDTIC (CGTI)	20%	40%	75%	100%	100%
				Índice de atendimentos de chamados de TI dentro do prazo (CGTI)	95%	95,5%	96%	97%	98%
				Índice de satisfação do usuário de TIC do MIDR (CGTI)	70%	75%	80%	85%	90%

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta Estratégica				
					2023	2024	2025	2026	2027
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Gestão de Contratações e Logística	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos	Tempo médio de planejamento da contratação	185	175	165	155	150
				Tempo médio da fase licitação após planejamento	80	75	70	65	60
				Vigência contratual em risco	45	30	25	20	15
				Quantidade de negativas de transferência de documentos para o arquivo	50%	20%	15%	10%	0
		Gestão orçamentária e financeira	Efetivar a plena execução orçamentária das ações finalísticas.	Taxa de empenho das dotações finalísticas discricionárias, exceto créditos extraordinários (DIORF)	100%	100%	100%	100%	100%
				Percentual de Execução Orçamentária das Emendas Parlamentares (DIORF)	100%	100%	100%	100%	100%
		Comunicação Interna e Externa	Garantir a comunicação e a interação do MIDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais de comunicação e de linguagem acessível	Alcance/Impressões das principais redes sociais do MIDR (AECOM)	1.048.763	1.098.704	1.148.345	1.198.586	1.248.527

Visão Geral PEI - Dimensão Tática

Apresenta-se, no quadro a seguir, resumo dos atributos da dimensão tática do PEI (programas e iniciativas), bem como sua relação com os objetivos estratégicos. Para análise mais aprofundada, sugere-se a leitura dos Cadernos Estratégicos, que apresentam toda a estratégia relacionada a cada eixo do PEI, destacando a análise SWOT, riscos, os problemas e desafios que levaram à definição do objetivo estratégico e à estruturação de programas e iniciativas de intervenção. Nesses cadernos são também apresentadas as metas de cada iniciativa estabelecida.

Acerca desta dimensão tática, é importante frisar que informações mais detalhadas de cadastro dos programas (ex: teoria do programa, modelológico etc.) e sobre as iniciativas (responsáveis, etapas, indicador da iniciativa e metas) podem ser obtidas nas fichas de detalhamento.

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Política Pública	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Riscos e de Desastres	Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - sinpdec	SEDEC	S2iD 4.0 - Realização de Revisão do Pacote de Gestão das Ações Apoiadas pela SEDEC
				SEDEC	Reestruturação e implementação do CONPDEC
				SEDEC	Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil
				SEDEC	Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil
				SEDEC	Instituição do Cadastro Nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos
			Prevenção e Preparação aos Riscos de Desastres	SEDEC	Desenvolvimento de Documento Técnico para elaboração e uso de cartografia geotécnica de aptidão à urbanização
				SEDEC	Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos - Manual de Barreira SABO
				SEDEC	Orientação aos entes federados no uso do guia de diretrizes de proteção e prevenção à erosão costeira para obras, estudos e projetos referentes à proteção costeira
		Gestão de Desastres	Socorro e Assistência às Vítimas de Desastres	SEDEC	Revisão da Normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa
				SEDEC	Acordo de cooperação com a central de compras e a Sedec
			Restabelecimento e Reconstrução	SEDEC	Revisão da Normatização sobre Critérios e Condições para Decretação e Reconhecimento Federal da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública
				SEDEC	Implantação de modelo de moradia embrião em situações pós-desastre
				SEDEC	Pactuação da Estratégia Federal de preparação e respostas aos desastres

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa	
Política Pública	Desenvolvimento Regional e Territorial	Planejamento Regional e Ordenamento Territorial	Planejamento Regional e Ordenamento Territorial	SDR	Avaliar de forma sistemática e consistente os instrumentos de planejamento do desenvolvimento regional	
				SDR	Implantação do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional - SNIDR	
				SDR	Reestruturação e funcionamento do Núcleo de Inteligência Regional – NIR	
				SDR	Estruturação e implementação de programas vinculados aos objetivos da PNDR	
				SDR	Desenvolvimento da Estratégia Nacional de Governança para o Ordenamento Territorial	
				SDR	Instituir sistema de participação social no âmbito da PNDR e da PNOT	
				SDR	Estabelecimento de orientações temáticas e territoriais que sirvam de referência à PNDR para os novos investimentos	
				SDR	Elaboração de estudos sobre coesão territorial para subsidiar o aperfeiçoamento da PNDR e a construção da PNOT	
				SDR	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado	
				SDR	Programas e ações revisados ou estabelecidos em virtude dos processos de avaliação	
				Sudene	Estruturação do PRDNE	
				Sudeco	Estruturação do PRDCO	
				Sudam	Estruturação do PRDA	
		Sudeco	Diagnóstico para Elaboração de Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDIF (MS/MT)			
			Desenvolvimento Produtivo	Rotas de Integração Nacional	SDR	Estruturação dos Polos da estratégia Rotas de Integração Nacional com projeto realizado baseado na inclusão produtiva, inovação e sustentabilidade
					SDR	Implementação do sistema de Governança da faixa de fronteira
					Sudeco	Diagnóstico para elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura
					Sudam	Fomento a projetos das Rotas de Integração na região amazônica
				Desenvolvimento Produtivo	SDR	Projetos de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
				Apoio a Projetos e Estruturação das Cadeias Produtivas na Área de Atuação da Codevasf, Considerando as Potencialidades e Vocações Regionais	Codevasf	Doação de Equipamentos e Insumos para o desenvolvimento produtivo
				Codevasf	Codevasf	Capacitação de produtores
				Codevasf	Codevasf	Implantação de infraestrutura produtiva
				Codevasf	Codevasf	Produção de alevinos de espécies comerciais

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF	SNSH	Contratação para Implementação do Eixo Norte – Obras remanescentes (PAC)
				SNSH	Implementação do Eixo Norte do PISF
				SNSH	Contratação de Obras Remanescentes do Eixo Leste
				SNSH	Implementação do Eixo Leste do PISF
				SNSH	Recuperação de Reservatórios Estratégicos do PISF
				SNSH	Implementação do Ramal do Apodi (PAC)
				SNSH	Contratação do Ramal do Salgado
				SNSH	Implantação do Ramal do Salgado (PAC)
				SNSH	Contratação para Recuperação da Galeria Monteiro
				SNSH	PISF - Recuperação da Galeria Monteiro
				SNSH	Contratação para a Recuperação da Barragem de Jati
				SNSH	Contratação para a Recuperação do Dique Negreiros
				SNSH	Recuperação do Dique Negreiros - Correção de anomalias, como por exemplo surgência de água (PAC)
				SNSH	Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais do PISF - PBA 15
				SNSH	Contratação para Duplicação da Capacidade de Bombeamento do PISF - Eixo Norte
				SNSH	Ampliação da Capacidade de Bombeamento do PISF - Eixo Norte (PAC)
				SNSH	Contratação para a Integralização da Capacidade de Bombeamento do PISF - Eixo Leste
				SNSH	Implementação da Integralização da Capacidade de Bombeamento do PISF - Eixo Leste
				SNSH	PISF - Recuperação da Barragem de Cacimba Nova (PAC)
				SNSH	Início da Operação Comercial do PISF
SNSH	PISF - Recuperação das Estações de Bombeamento 2 e 3 - Eixo Norte (PAC)				
SNSH	Novo modelo de gestão do PISF (Novo PAC) / Reativação do Sistema de Gestão do PISF				
SNSH	Estruturação de parceria para operação e manutenção do PISF				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Água Doce	SNSH	Implantação de Sistemas de Dessalinização de Águas Salobras e Salinas
			Água para quem mais precisa	SDR	Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e outras tecnologias comunitárias para consumo e/ou produção
			Obras Hídricas Estruturantes	SNSH	Implantação da Barragem da Arvorezinha (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Jaguari (PAC)
				SNSH	Implementação da Barragem Gatos, no município de Lagoa dos Gatos – PE (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Pannels II, no município de Cupira – PE (PAC)
				SNSH	Implantação do Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 (PAC)
				SNSH	Implantação do Sistema Adutor do Agreste Pernambucano (PAC)
				SNSH	Implantação das Vertentes Litorâneas Paraibanas (Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi) (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Morrinhos (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Rio da Caixa (PAC)
				SNSH	Implantação da Adutora da Bacia Leiteira (PAC)
				SNSH	Implantação da Adutora do Brejo (PAC)
				SNSH	Implantação da Adutora Transparaíba – Ramal Curimataú / 2ª Etapa (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Baraúnas (PAC)
				SNSH	Implantação da 3ª Adutora do Sistema Integrado Campina Grande (PAC)
				SNSH	Ampliação da Capacidade do Eixão das Águas do Ceará (PAC)
				SNSH	Implantação da Adutora de Jaicós (PAC)
				SNSH	Implantação da Adutora Sertões de Quixadá – Quixeramobim (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Nova Algodões (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Rio Jucu - 23 milhões de m³ (PAC)
SNSH	Recuperação do Reservatório Orós (PAC)				
SNSH	Recuperação do Reservatório Quixabinha (PAC)				
SNSH	Recuperação do Reservatório Prazeres (PAC)				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Obras Hídricas Estruturantes	SNSH	Recuperação do Reservatório Entremontes (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Chapéu (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Pau Dos Ferros (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Santa Cruz do Apodi (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório São José (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Acauã (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Angicos (PAC)
				SNSH	Recuperação do Reservatório Lagoa do Arroz (PAC)
				SNSH	Implantação da Barragem Castelo, no Estado do Piauí
				SNSH	Implantação do Canal do Sertão Alagoano - Trecho 5
				SNSH	Projetos e Estudos - Ramal do Piancó (PAC)
				SNSH	Segurança de Barragens – Seleção (PAC)
				SNSH	Avaliação de medidas para segurança, manutenção e operação de barragens
				SNSH	Atualização (i) do Estudo de Viabilidade do Canal do Xingó; e (ii) dos projetos, levando em conta as conclusões do EVTEA (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto da 2ª Etapa da Adutora do Agreste Pernambucano
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto da 2ª Etapa do Sistema Adutor do Sudeste Piauiense
				SNSH	Elaboração de Estudos e Projeto da Adutora Fartura (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Barra de Guabiraba (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Barra do Corda (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Castelo (PAC)
SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Gravatá (PAC)				
SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Igarapeba (PAC)				
SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Pedreiras (PAC)				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Obras Hídricas Estruturantes	SNSH	Elaboração de estudos e projeto da Barragem Rio Canhoto (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto do 3º Ramal da Adutora São Francisco (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projeto do Sistema Adutor Baixo Jaguaribe - Litoral Leste (PAC)
				SNSH	Elaboração de estudos e projetos do Canal do Sertão (PAC)
				SNSH	Integração entre a execução dos investimentos em infraestrutura hídrica com a Política Nacional de Recursos Hídricos
				SNSH	Planos de Macrofrenagem na Bacia do Rio Mearim, no Maranhão
				SNSH	Implantação da Barragem Taquarembó (PAC)
				DNOCS	Implantação da Adutora do Pajeú - 2ª Fase / 2ª Etapa (PAC)
				DNOCS	Implantação da Barragem de Oiticica (PAC)
				DNOCS	Implantação da Barragem Fronteiras/CE (PAC)
				DNOCS	Implantação do Sistema Adutor do Ramal do Piancó
				DNOCS	Implantação da Barragem Poço de Varas (PAC)
				DNOCS	Mapeamento e identificação de infraestruturas críticas de barragens do DNOCS com dano potencial associado alto ou médio suscetível a desastres
				DNOCS	Elaboração de Planos de Segurança de Barragem e Plano de Ação Emergencial PSB/PAE das barragens do Dnocs em atendimento a Lei de Segurança de Barragem
				DNOCS	Recuperação de barragens do Dnocs no Nordeste
				DNOCS	Recuperação do Reservatório Eng. Avidos (PAC)
				CODEVASF	Implantação da Adutora da Fé - 1ª Etapa (PAC)
				CODEVASF	Implantação da Adutora da Fé - 2ª Etapa (PAC)
				CODEVASF	Implantação do Sistema Adutor do Seridó Potiguar/RN (PAC)
				CODEVASF	Implantação do Sistema Adutor de Curimatá
CODEVASF	Implantação da Adutora e Sistema de abastecimento de água em localidades rurais, no município de São Raimundo Nonato/PI				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Obras Hídricas Estruturantes	CODEVASF	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marcolândia/PI
				CODEVASF	Implantação do Canal do Xingó
				CODEVASF	Atualização dos estudos e projetos do Canal do Sertão Baiano (PAC)
				CODEVASF	Recuperação da Barragem de Paranã em Flores
				CODEVASF	Elaboração de estudos e projetos para implantação da Barragem Urucuia
				CODEVASF	Elaboração de projeto executivo para recuperação da Barragem Bico da Pedra
				CODEVASF	Reabilitação da Barragem Bico da Pedra
				CODEVASF	Implantação da Barragem Atalaia - PI (PAC)
				CODEVASF	Elaboração de estudos e projetos para a implantação da Barragem de Tinguis
				CODEVASF	Implantação da Barragem de Tinguis (PAC)
				CODEVASF	Elaboração de projeto executivo para reabilitação da Barragem Boacica
				CODEVASF	Reabilitação da Barragem Boacica
				CODEVASF	Implantação de SAA em comunidades rurais de Petrolina/PE (Distrito de Cristália)
				CODEVASF	Implantação de SAA em comunidades rurais de Remanso/BA
				CODEVASF	Estudos, fiscalização, atualização ou readequação do Projeto hidroagrícola Jequitai – Concessão
				CODEVASF	Elaboração de projeto para implantação de SAA em comunidades rurais de Remanso/BA
				CODEVASF	Elaboração de projeto para implantação de SAA em comunidades rurais de Petrolina/PE (Cristália)
				CODEVASF	Implantação da Adutora do Agreste Potiguar (PAC)
				CODEVASF	Implantação do Canal do Sertão Baiano
				CODEVASF	Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano
CODEVASF	Implantação da Barragem de Jequitai/MG (PAC)				
ANA	Enquadramento Barragens reguladas pela ANA regularizadas visando à adequação à PNSB				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	Obras Hídricas Estruturantes	ANA	Monitoramento e fiscalização de barragens
				ANA	Capacitação em regulação de segurança de barragens desenvolvidos em âmbito nacional, estadual e por bacia
				SUDAM	Implantação de sistema de abastecimento de água em comunidades tradicionais da Amazônia
				ANA	Definição de regras para a operação de reservatórios e sistemas hídricos prioritários
			Planejamento e Desenvolvimento Institucional das Infraestruturas Hídricas	SNSH	Elaboração de estudo de avaliação estratégica integrada e planejamento de intervenções hídricas para o desenvolvimento sustentável
				SNSH	Aperfeiçoamento marco regulatório de recursos hídricos e gestão de barragens - Gestão de barragens
		Irrigação	Irrigação para o Desenvolvimento Produtivo e Regional	SNSH	Emancipação dos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs
				SNSH	Fomento à Agricultura Irrigada em pequenas propriedades
				SNSH	Normatização da Política Nacional de Irrigação - PNI
				SNSH	Implantação do Conselho Nacional de Irrigação
				SNSH	Implementação do Sistema de Informações sobre Irrigação
				SNSH	Implantação de projetos de reuso das águas residuárias para irrigação
				SNSH	Implantação de Infraestrutura de Sistema de Irrigação nas vilas produtivas rurais - PBA 16 PISF
				SNSH	Apoio à implementação de Polos e Projetos de Irrigação
				SNSH	Atualização das resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH sobre reuso de água não potável
				SNSH	Desenvolvimento dos Planos Diretores nacional e estaduais de Irrigação como um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013)
				SNSH	Elaboração do Plano de Fomento à agricultura irrigada em pequenas propriedades
				SNSH	Parcerias Público-Privadas e Concessões de Projetos de Irrigação

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Irrigação	Irrigação para o Desenvolvimento Produtivo e Regional	DNOCS	Regularização fundiária e ambiental de Projetos Públicos de Irrigação
				DNOCS	Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 he
				DNOCS	Reabilitação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) Sociais pelo DNOCS
				SUDECO	Celebração de instrumentos para implementação de projetos em Polos de Agricultura Irrigada na região Centro-Oeste
			CODEVASF	Reabilitação da infraestrutura de uso comum de 39 Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf	
			CODEVASF	Implementação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) /Apoio a Produção voltados para os Projetos Públicos de Irrigação	
			CODEVASF	Regularização fundiária de Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf	
			CODEVASF	Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal, no Estado de Pernambuco/PE	
			CODEVASF	Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação em Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas	
			CODEVASF	Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação em Pariconha, Estado de Alagoas	
			CODEVASF	Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas Jenipapo, no Estado do Piauí	
			CODEVASF	Implantação do Projeto Público de Irrigação do Baixio de Irecê	
			CODEVASF	Elaboração EIA/RIMA e Projeto Básico do Projeto de Irrigação Mocambo – Cuscuzero	
			CODEVASF	Implantação do Projeto Público de Irrigação Mocambo Cuscuzero, no Estado da Bahia	
			CODEVASF	Elaborar estudo de EVTEA para implantação de perímetro em Chapada do Arapuá, Parnaramirin e Urimamã (18.494 ha)	
			CODEVASF	Elaboração de EVTEA do Projeto do Perímetro de Irrigação Carneiros – Tapera	
			CODEVASF	Elaboração do EVTEA e Execução da Ponte de Britânia	
			CODEVASF	Elaborar Projeto Básico para Implantação do Perímetro de Iuiu	
			CODEVASF	Concessão do Projeto Público de Irrigação Iuiu	
			CODEVASF	Implantação dos Projetos públicos de irrigação Salitre no estado da Bahia	

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Revitalização de Bacias Hidrográficas	Revitalização de Bacias Hidrográficas com Patrocínio Privado	SNSH	Realização de parcerias com o setor privado para implementação dos projetos de revitalização de bacias hidrográficas
				SNSH	Institucionalização do novo Programa de Seleção de Projetos de revitalização de Bacias Hidrográficas para Patrocínio Privado
			Revitalização de Bacias Hidrográficas	SNSH	Instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas
				SNSH	Divulgação do documento base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas
				SNSH	Criação de Fundo específico voltado à revitalização de bacias hidrográficas
				SNSH	Apoio à implementação de iniciativas para revitalização de bacias hidrográficas pelo MIDR
				SNSH	Implementação de ações para revitalização de bacias hidrográficas pelo MIDR
				SNSH	Seleção - Revitalização de bacias hidrográficas
				SNSH	Aperfeiçoamento do monitoramento por satélite das bacias hidrográficas brasileiras
				SNSH	Alteração do Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019 ampliando a participação dos comitês de bacias hidrográficas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
				CODEVASF	Implementação de Projetos de recuperação hidroambiental de bacias hidrográficas pela CODEVASF
				CODEVASF	Produção de alevinos de espécies nativas para revitalização de bacias hidrográficas pela CODEVASF
		ANA	Implementação de ações de conservação de água e solo - Programa Produtor de Água		
		DNOCS	Implementação de ações para revitalização de bacias hidrográficas pelo DNOCS		
		Gerenciamento de Recursos Hídricos	Fortalecimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos	ANA	Aprimoramento da disponibilidade de dados hidrológicos confiáveis à sociedade
				ANA	Disponibilidade de dados de monitoramento de qualidade das águas superficiais
				ANA	Disponibilidade de dados de monitoramento de águas subterrâneas
				ANA	Ampliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias interestaduais

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Políticas Públicas	Segurança Hídrica	Gerenciamento de Recursos Hídricos	Fortalecimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos	ANA	Ampliação da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos nos estados da federação
				ANA	Implantação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas em todas as unidades da federação
				ANA	Atualização das informações de base hidrográfica com a disponibilidade hídrica associada a outras informações
				ANA	Capacitação em gestão e regulação de recursos hídricos desenvolvidos em âmbito nacional, estadual e por bacia
				ANA	Monitoramento e fiscalização do uso de recursos hídricos pela ANA e saneamento básico
				ANA	Efetivação do direito ao uso de recursos hídricos
				ANA	Simplificação e consolidação da regulação do uso dos RH
				ANA	Definição e revisão de regramentos especiais para sistemas hídricos locais em situação de comprometimento
				SNSH	Aperfeiçoamento marco regulatório de recursos hídricos e gestão de barragens - Recursos hídricos
				SNSH	Articulação para aprovação do Projeto do Lei do Marco Hídrico (PL n.4546/2021)
				SNSH	Atualização periódica do Índice de Segurança Hídrica
				SNSH	Elaboração de Estudo de Avaliação Estratégica Integrada e Planejamento de Intervenções Hídricas para o Desenvolvimento Sustentável
				SNSH	Fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Aprimoramento dos normativos conforme previsto no (PNRH 2023-2040)
				SNSH	Melhoria do monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singerh)
SNSH	Pactuação de Acordos Internacionais para a Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços				

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Fomento e Parcerias	Fomento e Parcerias	Parcerias com o setor privado	Parcerias com o Setor Privado	SNFI	Estruturação de projetos de concessão e PPP com apoio do FDIRS, FEP e outros instrumentos
				SNFI	Estruturação de parceria para operação e manutenção do PISF
				SNFI	Estruturação de parcerias em perímetros irrigados no entorno do PISF
				SNFI	Metodologia de avaliação de critérios de sustentabilidade para projetos de parcerias
				SNFI	Lançamento do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS
		Fundos e Instrumentos Financeiros	Integrar e Desenvolver	SNFI	Revisão e atualização das Diretrizes e Orientações Gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais
				Sudam	Revisão normativa do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
				SNFI	Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
				SNFI	Financiamento com tomadores de menor porte (FBA até 16 milhões)
				SNFI	Estruturação e implementação de novo funding para construção da Transnordestina
				SNFI	Aprimoramento das regras de financiamento dos Fundos de desenvolvimento definidas pelo Conselho Monetário Nacional
				SNFI	Aprimoramento das programações financeiras dos fundos constitucionais de financiamento
				SNFI	Fortalecimento do microcrédito com os fundos constitucionais

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Gestão de Contratos, Licitações e Logística	Contratações e Logística em Ação	SE	Estruturação do banco de dados para gestão de contratos
				SE	Estruturação do banco de dados dos procedimentos licitatórios
		Gestão Orçamentária e Financeira	Qualidade da Gestão Orçamentária e Financeira	SE	Gestão e Controle de Restos a Pagar - RAP
				SE	Gestão e Controle de Processos de Prestação de Contas
		Comunicação Interna e Externa	Comunicação Interna e Externa	AESCOM	Adequação de linguagem acessível e inclusiva em todos os meios de comunicação do MIDR
				AESCOM	Ampliação de canais de comunicação interna

Perspectiva	Eixo Estratégico	Subeixo Estratégico	Programa	Unidade	Iniciativa		
Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Corporativa	Governança e Gestão Estratégica	Gestão Estratégica e Estruturação de Governança	SE	Consolidação do modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica		
				SE	Estruturação do Novo Portal da Estratégia		
				SE	Estruturação do Programa de Fortalecimento da Governança do MIDR		
				SE	Consolidação do modelo de gestão de processos		
				SE	Implementação da Análise de Negócios e Avaliação de Projetos		
				SE	Evolução do Modelo de Gestão de Custos do MIDR		
				SE	Visão 360º		
				SE	Balanço Radar MIDR		
				SE	Governança de Inteligência Territorial		
			Gestão de Riscos, Integridade e Transparência	AECI	Implementação da Gestão de Riscos nos Processos		
				AECI	Fomento da Transparência Ativa		
				AECI	Fortalecimento do Programa de Integridade		
			Inclusão e Participação Social	APSD	Ampliação da participação social nas Macropolíticas e nos órgãos colegiados de políticas públicas do MIDR		
				APSD	Desenvolvimento de estratégia de ampliação da diversidade em cargos/funções em comissão do MIDR e nas vinculadas		
				APSD	Elaboração de Estudos sobre indicadores de diversidade nas políticas públicas do MIDR		
		Gestão de pessoas	Aperfeiçoamento da governança da gestão de pessoas	SE	Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas		
				SE	Aperfeiçoamento da Política de Movimentação Interna		
				SE	Aperfeiçoamento da Política de Qualidade de Vida		
				SE	Aperfeiçoamento da Política de Desempenho do Servidor		
			Desenvolvimento de pessoas e qualidade de vida do servidor no trabalho	SE	Revisão e melhoria dos fluxos de trabalho relacionado ao Desenvolvimento de Pessoas		
				SE	Implantação da Gestão do Conhecimento		
				SE	Ações de qualidade de vida e promoção da saúde		
				SE	Prêmio Destaque MIDR		
				Gestão de Tecnologias	Aprimoramento das Soluções de Segurança de Tic	SE	Aprimoramento das soluções de segurança de TIC
						SE	Realização de estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes
		Modernização Tecnológica	SE		Disponibilização de serviços de inteligência artificial e de dados		
			SE		Disponibilização de apoio técnico especializado em TIC		
SE	Desenvolvimento de estratégia de manutenção de equipamentos de TIC atualizados						
SE	Disponibilização dos novos ativos de infraestrutura de TIC						
SE	Disponibilização de serviços em nuvem						

		Gestão de Contratações e Logística	Contratações e Logística em Ação	CGSL	Painéis de Contratos
				CGSL	Painéis de Licitações
				CGSL	Garantir o tratamento documental do acervo físico do MIDR
		Gestão Orçamentária e Financeira	Qualidade da Gestão Orçamentária e Financeira	DIORF	Gestão e Controle de Restos a Pagar – RAP
				CGPC	Gestão e controle de processos de prestação de contas
		Comunicação Interna e Externa	Comunicação Interna e Externa	AESCOM	Adequação de linguagem acessível e inclusiva em todos os meios de comunicação do MIDR
				AESCOM	Ampliação de canais de comunicação interna

